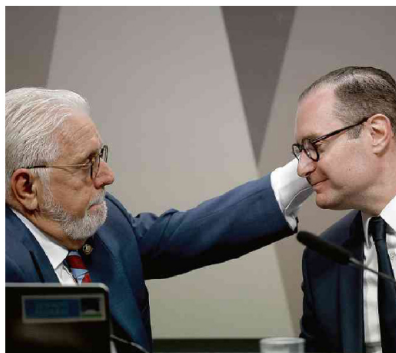


Senado aprova Zanin para Supremo



O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), cumprimenta Zanin. Pedro Ladeira/Folhapress

Cristiano Zanin Martins, 47 Natural de Piracicaba (SP), é graduado em direito pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). É autor do livro "Lawfare, Uma Introdução", em parceria com Valéria Teixeira Zanin Martins e Rafael Valim. Condenou a defesa de Lula ao longo da Operação Lava Jato, deflagrada em 2014, e foi aprovado para assumir uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal)

Indicação de Zanin para o Supremo é aprovada no Senado por 58 votos a 18

Amigo de Lula e advogado que defendeu o petista em casos da Lava Jato enfrenta questionamentos, mas conquista classe política

José Marques

BRASÍLIA O Senado aprovou nesta quarta-feira (21), por 58 votos a 18, a indicação de Cristiano Zanin, 47, como novo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). Primeiro indicado por Lula (PT) para a corte no atual mandato, Zanin é amigo do presidente, para quem advogou nas ações da Operação Lava Jato, e precisou do voto de ao menos 41 senadores (de um total de 81 integrantes da Casa) para ser chancelado. Ele ocupará a vaga de Ricardo Lewandowski, que se aposentou em abril, e pode ficar no STF até novembro de 2025, quando faz 75 anos. Idade-limite para ministros da corte. Ainda não foi marcada data para a posse, mas a expectativa de aliados é que ele assumirá em agosto. A presidente do STF, Rosa Weber, conversou por telefone com Zanin, que irá nesta quinta (22) ao tribunal para dar início às tratativas para a posse.

Antes da aprovação pelo plenário do Senado, Zanin passou por sabatina na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa, onde teve seu nome aprovado por 21 votos a 5. A sabatina transcorreu sem sobressaltos e com elogios ao advogado, inclusive de senadores críticos a Lula, com menções positivas sobretudo ao perfil garantista de Zanin — ou seja, que reforça o direito de ampla defesa de acusados. A confirmação pelo Senado do novo integrante do STF ocorreu 20 dias após a indicação de seu nome pelo presidente da República.

A escolha foi alvo de questionamentos de que poderia representar uma violação ao princípio da impessoalidade. No debate realizado no segundo turno de 2023 por Folha, UOL, Band e TV Cultura, Lula disse que não alteraria a composição do STF para ganhar facilidade em eventuais questionamentos judiciais.

"Não é prudente, não é democrático um presidente da República querer ter os ministros da Suprema Corte como amigos", afirmou na ocasião. Daí ao que a Suprema Corte tem que ser escolhida por competência, por currículo, e não por amizade.

Zanin conseguiu conquistar a simpatia dos atuais ministros do STF e de grande parcela de políticos, inclusive ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), após ter se notabilizado por questionamentos à Lava Jato. Após a aprovação de seu nome pelo Senado, Zanin recebeu elogios públicos de integrantes da corte como Alexandre de Moraes ("o Brasil ganhou com sua atuação competente e corajosa"), Luís Roberto Barroso ("tenho dele a visão de advogado sério, competente e ético mesmo diante de adversidades") e Dias Toffi ("somado ao STF com todo seu brilho, inteligência, capacidade e sua izeza").

Lula sofreu pressão dentro e fora do governo para indicar uma magistrada negra, mas não cedeu. Ele preferiu indicar um novo nome à corte com a apresentação de Rosa Weber, em outubro. Dos atuais dez ministros do STF, há apenas duas mulheres (além de Rosa, Cármen Lúcia) e nenhum negro. Desde 1891, o tribunal teve só três ministros negros em sua composição (o último foi Joaquim Barbosa, que se aposentou em 2014) e só três ministras mulheres (além das duas em exercício, a primeira foi Ellen Gracie).

Nas últimas semanas, Zanin fez um périplo por gabinetes do Senado para se aproximar dos parlamentares e angariar apoio mesmo entre evangélicos e opositores do governo. Com parte dos senadores investigados e outra parte em busca de blindagem para evitar problemas judiciais, a avaliação nos últimos meses foi de que a postura jurídica de Zanin de observar com atenção e respeito às garantias dos investigados teria grande peso no voto dos parlamentares.

Como a Folha mostrou, quase metade da atual composição do Senado já foi alvo de inquérito ou de processo criminal conduzido pelo Supremo. Em seu discurso inicial, antes de iniciar a etapa das perguntas na sabatina desta quarta, Zanin se defendeu de ser chamado de termos como "advogado pessoal" e "advogado de luxo" de Lula. Afirmou que vai se guiar pela Constituição e não estará subordinado a quem quer que seja.

Após um histórico de rusgas de Zanin com o atual senador e ex juiz Sergio Moro (União Brasil- PB) quando defendeu Lula de ações da Lava Jato, os dois tiveram uma interação sem grandes tensões na sabatina do Senado. Ele disse a Moro que irá analisar caso a caso os processos da operação iguais de se declarar impedido ou suspeito. Como advogado de Lula, Zanin questionou a imparcialidade dos juizes das ações contra o presidente, muitas vezes apontando relações que ele considerava suspeitas.

O presidente teve condenações anuladas porque o Supremo considerou Moro parcial, a partir de um recurso apresentado por Zanin.

Na sabatina, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) usou sua fala para fazer críticas ao julgamento do seu pai, o ex-presidente Bolsonaro, no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ao inquérito aberto por Moraes mirando o ex-mandatário. Uma das perguntas feitas por Flávio foi sobre o que Zanin pensa da "familiaridade prática de fishing expedition". "É uma pescaria, como chamado mundo jurídico, na qual se joga uma rede, paca e se vê o que é que vem agarrado nela, mesmo sem fundamento nenhum", explicou o termo.

Em resposta, Zanin disse que a prática do "fishing expedition" deve ser condenada. "O Estado não pode eleger alguém como alvo e depois buscar provas contra esse alvo", afirmou, acrescentando que essa prática tem levado à anulação de processos.

Flávio também comparou o processo que pode levar à anulação do seu pai no TSE, sobre o encontro com embaixadores, onde ele rejeita mentiras sobre urnas eletrônicas, ao que absolveu a chapa Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) em 2017. "O senhor entende que processos instruídos sem o devido processo legal, contido ou com provas fora do prazo legal são passíveis de nulidade?", perguntou.

Zanin disse que não conhecia o caso e não comentaria. Mas afirmou que, de modo geral, os processos têm um rito e cada fase que é encerrada não pode ser reaberta.

LULA LIGA DA ÍTALIA E MONITORA SABATINA

Em viagem à Europa, o presidente Lula (PT) conversou com aliados no Brasil nesta quarta (21) em busca de informações sobre o ambiente da sabatina do advogado Cristiano Zanin. Por volta das 15h, Lula telefonou para o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), de quem ouviu uma avaliação tranquilizadora. "Zero problema", disse o líder. Na ansiosa da comissão, Wagner passou o telefone para o presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Segundo relatos, Lula queria saber se a indicação de Zanin seria submetida ao plenário ainda nesta quarta. Na comissão, ele consumiu apenas barrinhas de cereal, enquanto senadores se abasteceram de sanduíches e refrigerantes. O advogado chegou às 9h15, sendo ciceroneado por Alcolumbre e pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (AP).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 4